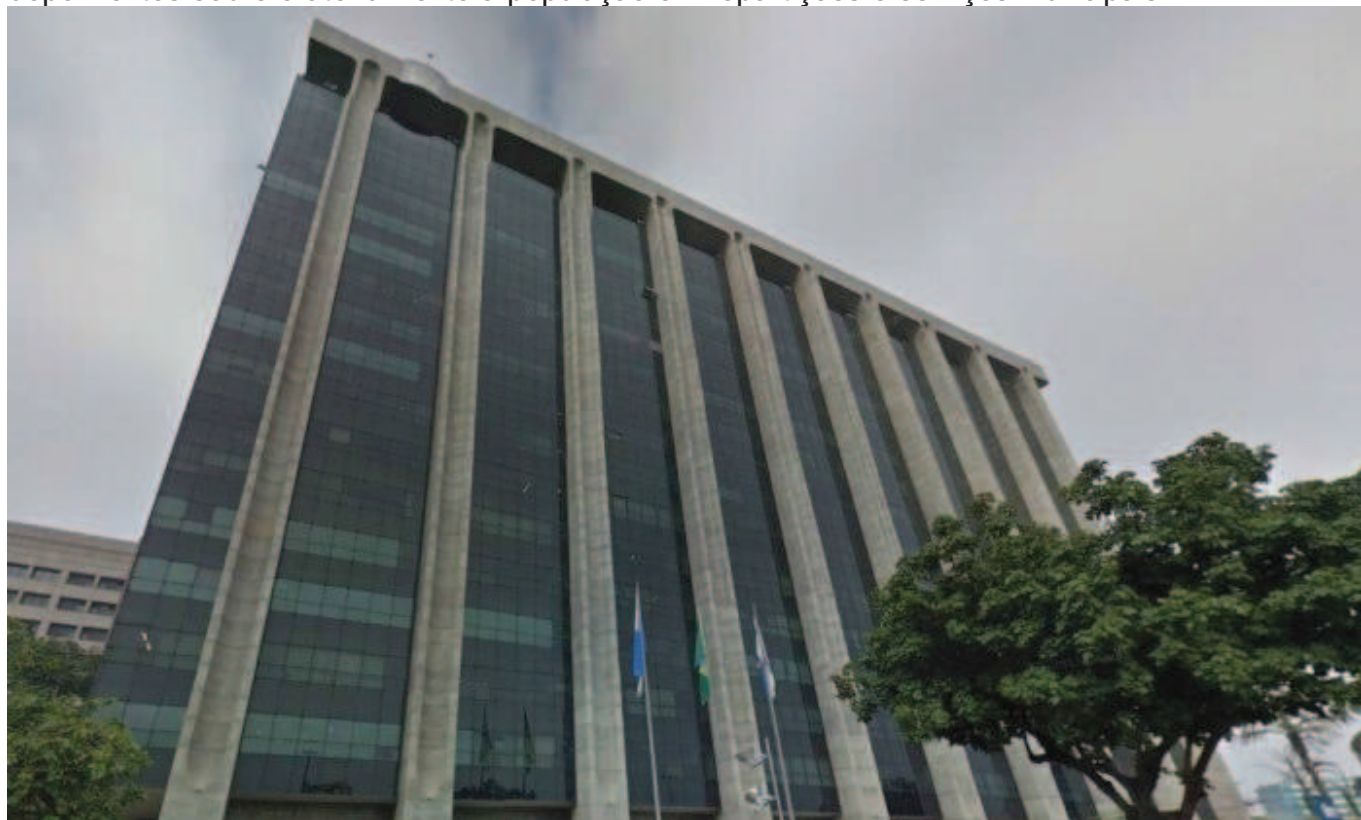


Gastos per capita com servidores municipais subiram 210,5% desde 2000[Clique aqui para ver a notícia no site](#)

Disparada da folha de pagamento é reflexo da municipalização de serviços. RIO - As prefeituras brasileiras estão entre o fogo da crise econômica e a frigideira da demanda do eleitor por melhores serviços. Desde 2000, os gastos anuais per capita com os servidores municipais subiram 210,5%: para cada brasileiro, o gasto por ano com o funcionalismo municipal passou de R\$ 216 para R\$ 671. Apontada em estudo inédito da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV-Dapp), numa parceria com O GLOBO para as eleições deste ano, a disparada da folha de pagamento municipal é reflexo da municipalização de serviços desde a Constituição de 1988. Com mais atribuições, os municípios precisaram contratar mais gente e comprometeram o orçamento com a folha, deixando pouco espaço para investir. Soma-se a isso a crise fiscal dos estados e da União, de onde vem boa parte do dinheiro repassado a prefeituras. Está criado o quadro de municípios quebrados que aguarda os próximos prefeitos. Baseada em dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) de 2014 e coordenada pelo diretor da FGV/Dapp, Marco Aurélio Ruediger, a pesquisa mostra que, apesar de também terem subido, os gastos per capita com funcionalismo estadual e federal cresceram bem menos no período (85,7% e 74,2%). No mesmo intervalo, os gastos totais com vínculos de servidores municipais (sem a divisão per capita), por ano, subiram de R\$ 37,4 bilhões para R\$ 136 bilhões, um aumento de 263% — também maior do que a elevação de gastos totais nos níveis estadual e federal. — Das três esferas, a municipal foi a mais sobrecarregada. Ganhou responsabilidades em áreas como Saúde e Educação; no entanto, muitos municípios não têm capacidade de gerar receita e dependem de repasses dos outros níveis de governo, que também enfrentam crise — diz Amaro Grassi, um dos pesquisadores do estudo, ao lado de Miguel Orrillo e Wagner Oliveira. — Essa demanda não diminuirá. Desde os protestos de 2013, tem sido uma pressão crescente por acesso e qualidade. REPASSE DE RESPONSABILIDADES AOS MUNICÍPIOS Presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Paulo Ziulkoski exemplifica a situação atual das prefeituras: — Em 1988, havia cerca de 40 mil servidores municipais na Saúde. Hoje, são cerca de um milhão e meio, com os profissionais, por exemplo, do programa Saúde da Família. Ao longo desse período, a União foi se eximindo das ações na área social e repassando para as prefeituras. Criam piso para o magistério. Quem tem de arcar é a prefeitura. Grassi destaca que, apesar de sobrecarregados, os municípios são o nível de governo que paga os salários mais baixos, o que dificulta que se mantenha pessoal qualificado: — As prefeituras são as que mais recorrem a terceirizações e outras contratações não efetivas. Foi como muitos municípios fizeram crescer sua estrutura de pessoal para atender às novas responsabilidades que ganharam. A diferença entre salários dentro das administrações municipais nas capitais também foi pesquisada, apontando as que têm o funcionalismo mais desigual — numa espécie de Índice de Gini dos servidores. A capital com rendimento mais desigual é Cuiabá. Ao GLOBO, a prefeitura afirmou que a atual gestão realizou uma “organização da estrutura da carreira dos profissionais, buscando mais reconhecimento para os servidores”, e que “aprovou na Câmara Municipal novos Planos de Cargo e Carreira do Servidor para algumas categorias”. O estudo da FGV-Dapp mostra ainda o número de servidores por mil habitantes nas capitais. Das dez capitais com mais servidores em relação à sua população, nove são municípios que tiveram em 2015 conceito D em investimentos no índice de gestão fiscal dos municípios da Firjan; o conceito D significa gestão crítica da área. — Quanto mais se gasta com uma determinada área, no caso, pessoal, menos se tem para outras. A questão é que as prefeituras assumiram serviços, mas muitas têm baixa capacidade de gerar receita de tributos, não têm uma atividade econômica intensa, principalmente as cidades menores e em regiões pobres, onde há grande demanda por mais e melhores serviços públicos — analisa o pesquisador da FGV. Uma melhor seleção de prioridades pelos prefeitos está entre os caminhos

apontados por Grassi como possível saída desse quadro de dificuldades financeiras das prefeituras: — Como reorganizar a gestão das contas vai ser o desafio para este próximo ciclo de prefeitos, vão ter de pensar em um processo de escolha de prioridades e como essa escolha será feita, quem vai participar desse processo. Vai ser fundamental para que essas novas prioridades tenham êxito. NO RIO, GASTO COM PESSOAL DA SAÚDE DIMINUIU O funcionalismo da prefeitura do Rio também foi analisado pela FGV-Dapp, que olhou os gastos autorizados com pessoal de 2013 a 2016, segundo a Lei Orçamentária Anual do município. Enquanto os gastos com pessoal para o gabinete do prefeito tiveram aumento real (acima da inflação) de 62,8%, a área que mais preocupa o eleitor, a Saúde, teve queda real nos gastos com pessoal de 0,1%, seguida das ações voltadas às pessoas com deficiência (queda de 1,5%) e de Habitação e Cidadania (queda de 2,7%). A maior queda real foi nos gastos com pessoal de Ciência e Tecnologia (21,4%). Em 2013, os gastos com pessoal equivaliam a 44,5% do orçamento municipal do Rio, percentual que foi para 50,5% este ano, segundo a FGV-Dapp. A prefeitura afirmou que, “diante do quadro de mais de 160 mil servidores, para analisar a folha de pessoal e fazer comparações, deve-se levar em conta fatores, como movimentação de funcionários entre órgãos, exonerações, aposentadorias, promoções e, até mesmo, criação e extinção de pastas e órgãos. Não é possível fazer uma leitura linear e uma comparação simples entre as secretarias”. ANÁLISE DE TEMAS ELEITORAIS Como nas eleições de 2014, O GLOBO fechou parceria com a equipe de pesquisadores de políticas públicas da FGV-Dapp. A partir de hoje, ao longo da campanha eleitoral, serão publicadas, no papel e no site, reportagens com análises e pesquisas da instituição em áreas como Saúde, Educação e Transportes. Uma das ferramentas é o monitoramento da discussão de temas eleitorais nas redes sociais. — É uma parceria que traz densidade de análise ao debate político, algo essencial numa eleição que vai ocorrer imediatamente após um processo traumático como o do impeachment, que desgastou o mundo político e que mostra a crise da própria representatividade que temos no país. Essa frustração com a política tradicional começou nos protestos de 2013, mas ali o alvo eram os governos locais; isso migrou para o nível federal, e agora, com uma eleição municipal, logo após o impeachment, essa frustração volta a mirar os governantes locais — afirma o diretor da FGV-Dapp, Marco Aurélio Ruediger. — O resultado destas eleições vai mostrar quem colherá alguma credibilidade após todo esse processo. Por isso, se torna tão importante o exame do debate eleitoral e da consistência das propostas que virão. Os próximos prefeitos não podem ser mais do mesmo; precisarão resgatar a credibilidade da classe política depois de tudo isso. A cobertura das eleições deste ano pelo GLOBO reforçará também a interatividade com o eleitor por meio do WhatsApp. A partir de hoje, leitores poderão enviar ao jornal, pelo número 21 9 9999-9114, depoimentos e denúncias relativas às eleições; por exemplo, aproveitando o tema da reportagem de hoje, depoimentos sobre o atendimento à população em repartições e serviços municipais.



Edifício da Prefeitura do Rio de Janeiro